



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Presidência da República:

Direcção-Geral de Administração.

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Administração Interna:

Direcção Nacional da Polícia Nacional.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Inspeccção-Geral das Finanças.

Ministério da Justiça:

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos.

Município do Porto Novo:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Brava:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

Município de Santa Catarina do Fogo:

Comissão Instaladora.

Município de São Domingos:

Câmara Municipal.

Município de São Miguel:

Câmara Municipal.

Município do Tarrafal:

Câmara Municipal.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Direcção Geral de Administração

Despacho do Chefe da Casa Civil da Presidência da República:

De 17 de Maio de 2007:

Leida Ariana Varela Mendes Semedo, técnica superior, nomeada, para, em comissão de serviço exercer as funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, na Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento vigente. – (Dispensado de anotação pelo Tribunal de Contas)

Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, aos 18 de Maio de 2007. – O Director-Geral, *Teodoro Manuel Évora*.

—o§o—

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

CONTRATO DE TRABALHO A TERMO

De 19 de Abril de 2007

Bernardina Soares Rocha, contratada ao abrigo da alínea *a*) do número 3, do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer o cargo de telefonista, referência 2, escalão A, na Secretaria-Geral, a contar da data da publicação no *Boletim Oficial* até 31 de Dezembro do ano de 2007.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. Visado pelo Tribunal de Contas a 9 de Maio de 2007.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 15 de Maio de 2007. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—o§o—

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS,
COOPERAÇÃO E COMUNIDADESDirecção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Exª o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 7 de Maio de 2007:

No âmbito da mobilidade do Pessoal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 57/98, de 14 de Dezembro, é transferido da Embaixada de Cabo Verde em Washington DC. para os Serviços

Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o secretário de Embaixada do 3º escalão, Carlos Fernandes Semedo, devendo apresentar-se até o dia 31 de Julho de 2007.

No âmbito da mobilidade do Pessoal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 57/98, de 14 de Dezembro, é transferido da Missão Permanente de Cabo Verde em Genebra para os Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o secretário de Embaixada do 2º escalão, Belarmino Monteiro Silva, devendo apresentar-se até o dia 31 de Julho de 2007.

No âmbito da mobilidade do Pessoal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 57/98, de 14 de Dezembro, é transferida da Embaixada de Cabo Verde em Addis Abeba, Etiópia para os Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, a secretária de Embaixada do 4º escalão, Custódia Oliveira Lima, devendo apresentar-se até o dia 31 de Julho de 2007.

No âmbito da mobilidade do Pessoal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 57/98, de 14 de Dezembro, é transferida da Embaixada de Cabo Verde em Bruxelas, para os Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, a Secretária de Embaixada do 3º escalão, Maria de Fátima Vaz Almeida Santos, devendo apresentar-se até o dia 31 de Julho de 2007.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 10 de Maio de 2007. – O Director-Geral, *João Manuel Almeida*.

—o§o—

MINISTÉRIO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

Despacho do Director Nacional da Polícia Nacional:

De 7 de Maio de 2007:

João Cícero Ramos Gertrudes, agente de 2ª classe da Guarda Fiscal, concedida licença sem vencimento de 60 dias (sessenta) dias, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de Maio de 2007.

Direcção Nacional da Polícia Nacional, na Praia, aos 15 de Maio de 2007. – Pelo Director, *Elisio Vieira Mendes*.

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho do Director-Geral dos Transportes Rodoviários:

De 30 de Novembro de 2006:

Carlos Alberto Silva, licenciado em Engenharia Electrónica, Director/Delegado do Serviço da Água, designado para, nos termos da alínea *b*) do artigo 5º da Portaria nº 1/2004, de 19 de Janeiro, integrar a Comissão Regional de São Nicolau, de Exames e Condução Automóvel e Vistorias de Veículos.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 15 de Fevereiro de 2007. – Pela Direcção-Geral, *Alcides Canuto Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Ex.^a o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 13 de Março de 2006:

Daniel Avelino Pires, Director dos Serviços Técnicos do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 1 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 1.266.840\$00 (um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 10.12, Div. 16º, Cód. 35.03.01.02, do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 25 de Abril de 2007).

De 10 de Abril de 2007:

Roselma Lima Évora, técnica superior, referência 14, escalão A, da Direcção-Geral de Estudos e Reforma Administrativa, em comissão eventual de serviço conforme a publicação feita no *Boletim Oficial*, no 32, II série, de 16 de Agosto de 2006 - prorrogada a referida comissão, nos termos da alínea a), nº 1, do artigo 4º e artigo 11º do Decreto Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro e na nova redacção dada pela Resolução nº 10/III/87, de 22 de Agosto, para frequentar o curso de doutoramento em Sociologia Política na Universidade de Brasília - Brasil por um período de 12 meses, com efeitos a partir de 09 de Maio de 2007.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 10.12, Div. 16º, Cód. 03.01.01.02, do orçamento vigente.

Direcção Geral da Administração Pública, na Praia, aos 11 de Maio de 2007. – A Directora-Geral, *Dicla da Graça Évora*.

Inspeccção-Geral de Finanças

Comissão "Ad-hoc" – Instalação Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

COMUNICADO

A Comissão "Ad-hoc" Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados – OPACC, criado pela proposta 6 de Dezembro de 2005, superiormente homologada por despacho de 12 de Dezembro de 2005 do então Ministro das Finanças, devidamente autorizado por despacho de S. Excia Senhora Secretária de Estado Adjunta da Ministra das Finanças e da Administração Pública, comunica-se que estão legalmente inscritos na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, como técnicos de contas, as pessoas singulares e colectivas abaixo indicadas:

Nº Proc. Nome

138 Leina Djamila dos Reis Silva

139 Alina Helena Chantre Lima Andrade Lopes

140 César Napoleão Tremblay Carvalho Tavares

141 Joselina do Carmo Pereira Andrade Soares de Carvalho Pires

142 Anisio Manuel Faria Vicente

143 Maria Jesus de Fátima Gomes Andrade

144 Filomeno Anes Tavares

145 Adilson Djaló Monteiro da Cruz Marques

146 Sara Afonseca Cruz

147 Anatácio Teodoro de Oliveira e Silva

148 Hernani Semedo Correia

149 Admir de Fátima Varela Moreira

150 Eder Adilsson Mascarenhas Pina

151 Leandra Isabel Monteiro Semedo

152 Maria Aliria Delgado dos Reis

153 Carlos Augusto da Fonseca Monteiro

154 Edmilson Domingos Tavares Soares

155 Filomeno Tavares Soares de Carvalho

156 Nataniel da Silva de Oliveira

157 RAZÃO, LDA

158 Carolina do Rosário Silva Rocha

159 Maria Rosa Pires da Cruz

160 Carlos Alberto Lopes Martins Tavares

161 Odelmisa Unai Aguiar Brito Tavares Monteiro

162 José Manuel Gonçalves Ferreira

163 Nilton Neves Lopes

164 Roberto Carlos Graça Luz

165 Suzy Soares Rosa

166 Maria Epifânia Cruz Almeida

167 Alcino Cosmo Lima Almeida

168 Patrícia Vanessa Martins Monteiro

169 Nikolai Alexis Delgado Barbosa

170 Vitalzinho Vieira Landim

171 Sónia Sofia Lopes Sanches

172 AUDICONTA, LDA

173 Ana Nadine Lopes Furtado Mendonça

174 Sáise dos Santos Silva

175 Paula Cristina Monteiro Semedo

176 Sheila Suzanne Fonseca Costa

177 Leotino do Carmo Andrade Neves

178 Osvaldo Rendall Tavares

179 INFOGEST, LDA

180 Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacto no *Boletim Oficial*, II Série nº 11, de 21 de Março de 2007 o Comunicado da Inspeção-Geral de Finanças, rectifica-se na parte que interessa.

Onde se lê:

GESCONTA, LDA.

Deve-se ler:

GESTCONTA, LDA

Inspeção-Geral de Finanças, na Praia, aos 18 de Maio de 2007. — O Presidente da Comissão “Ad-hoc” — OPACC — *José Maria Cardoso*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 2 de Maio de 2007:

Maria Nazaré Alves Monteiro, oficial 4º ajudante, referência 1, escalão A, do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada na Conservatória/Cartório de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento de longa duração, por um período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 47º do Decreto Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 2 de Maio de 2007.

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos do Ministério da Justiça, na Praia, 11 de Maio de 2007. — O Director de Serviço, *Filipe de Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho conjunto de S. Ex^a a Ministra do Ambiente e Agricultura e Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2007:

É atribuído aos inspectores fitossanitários dos portos e aeroportos, do Ministério do Ambiente e Agricultura, Adérito Cunha Ben-David, técnico-adjunto referência 11, escalão B e José Aureliano Oliveira Almeida, técnico-adjunto, referência 12, escalão B, um subsídio remuneratório correspondente a 1/3 dos respectivos vencimentos, ao abrigo do nº 2 do artigo 13º da Lei nº 44/V/98, de 9 de Março.

A despesa tem cabimento na rubrica com Cl. Ec. 03.01.02 do orçamento do MAAP.

Despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado da Agricultura:

De 11 de Abril de 2007:

Mário Sidónio Carvalho Spencer, condutor auto pesado, contratado a termo do Ministério do Ambiente e Agricultura, prestando serviço na Delegação da Boa Vista, concedida nos termos do nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 62/87, de 30 de Junho, licença sem vencimento por um período de 6 (seis) meses, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2007.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, na Praia, aos 10 de Maio de 2007. — Pela Direcção da Administração, *Vladimiro Martins*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex^a o secretário de Estado da Educação:

De 22 de Janeiro de 2007:

Marcolino Rocha Sandemba, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na escola Manuel Lopes, concelho da Praia, ilha de Santiago, aplicada a pena de demissão nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 75º do Estatuto do Pessoal Docente, conjugado com as disposições do artigo 28º, nº 2, alínea l) e r) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

De 25:

Adriano Lopes Semedo, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na escola Secundária do Palmarejo, concelho da Praia, ilha de Santiago, aplicada a pena de demissão nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 75º do Estatuto do Pessoal Docente, conjugado com as disposições do artigo 28º, nº 2, alínea l) e r) do Estatuto Disciplinar dos agentes da Administração Pública.

De 20 de Fevereiro:

Danilo Tavares de Oliveira, professor do posto escolar, referencia 1, escalão A, em exercício de funções no Pólo nº XVI de Figueira das Naus, Concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea 1) do nº 2 do artigo 28º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, conjugado com a alínea a) do nº 4 do artigo 75º do Estatuto do Pessoal Docente.

Silvino Gomes da Moura, professor do posto escolar, referência 1, escalão A, em exercício de funções no Pólo Educativo nº X de Ribeirão Manuel, Concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 72º do Estatuto do Pessoal Docente, conjugado com as disposições do artigo 28º, nº 2, alínea m) e l) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

N'Danou Akoyo, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral, Concelho de Santa Catarina,

ilha de Santiago - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea *l*) do n.º 2 do artigo 28.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, conjugado com a alínea *a*) do n.º 4 do artigo 75.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

José Rocha de Oliveira, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral do Concelho de Saita Catarina, Concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 75.º do Estatuto do Pessoal Docente, conjugado com as disposições do artigo 28.º, 11.0 2, alínea *l*) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

João de Deus Furtado Dias, professor primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções no Pólo Educativo XVI de Figueira de Naus, Concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea *l*) e *m*) do n.º 2 do artigo 28.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, conjugado com a alínea *a*) do n.º 4 do artigo 75.º do Estatuto do Pessoal Docente.

Esmeraldo de Barros Mendes Teixeira, auxiliar administrativo, referência 2, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Tarrafal do Ministério da Educação e Ensino Superior - aplicada a pena de demissão nos termos das alíneas *f*), *g*), e *q*) do n.º 2 do artigo 28.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/87, de 8 de Maio.

João Tavares Mendes Varela, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária do Tarrafal - aplicada a pena de demissão nos termos da alínea *q*) e *r*) do n.º 2 do artigo 28.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

De 30:

Gregório Vieira Landim, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Constantino Semedo, concelho da Praia, ilha de Santiago, aplicada a pena de demissão nos termos da alínea *a*) n.º 4 do artigo 75.º do Estatuto do Pessoal Docente, conjugado com as disposições do artigo 28.º, n.º 2, alínea *l*) e *r*) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

Direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 10 de Maio de 2007. – O Director, *Belmiro Furtado*.

—oço—

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 5 de Janeiro de 2007:

José Gabriel Dias Santos, técnico profissional de 1.º nível, referência 8, escalão A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, autorizado nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, a efectuar descontos da quota em dívida para efeito de compensação e aposentação, no montante de 139.118\$00 (cento e trinta e nove mil, cento e dezoito escudos), correspondente ao período de 1 de Outubro de 1995 à 31 de Julho de 2005, que não foram descontados, amortizável em 1 (uma) prestação.

Câmara Municipal do Porto Novo, aos 5 de Janeiro de 2007. – O Presidente, *Amadeu João da Cruz*.

<http://kiosk.incv.cv>

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 3 de Janeiro de 2007:

Josefa Helena Gomes da Graça, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Câmara Municipal da Ribeira Brava, nomeada, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, conjugado com o artigo 39.º n.º 2 e 3 e 40.º n.º 1, do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, *a*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer as funções de Chefe de Divisão, nível II, colocada na Divisão de Administração, Recursos Humanos e Património da Secretaria-Geral desta Câmara Municipal, com efeito a partir de 3 de Janeiro de 2007.

Crisólita da Lapa Gomes Martins, técnico adjunto, referência 12, escalão B, do quadro da Câmara Municipal da Ribeira Brava, nomeado, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, conjugado com o artigo 39.º n.º 2 e 3 e 40.º n.º 1, do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, *a*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer as funções de Chefe de Divisão, nível II, colocada na Divisão Financeira da Secretaria-Geral desta Câmara Municipal, com efeito a partir de 3 de Janeiro de 2007.

Felipa Maria Duarte, técnico profissional de 1.º nível, referência 8, escalão A, contratada desta Câmara Municipal da Ribeira Brava, nomeada, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, conjugado com o artigo 40.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, *a*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer as funções de Chefe de Secção, nível I, colocado Secção de Impostos, Taxas e Licenças desta Câmara Municipal, com efeito a partir de 3 de Janeiro de 2007.

Lucelino Gabriela Lima, tesoureiro, referência 7, escalão A, contratado pela Câmara Municipal da Ribeira Brava, nomeado por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, conjugado com o artigo 40.º n.º 2 de Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, *a*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer as funções de Chefe de Secção, nível I, colocado na Tesouraria desta Câmara Municipal, com efeito a partir de 3 de Janeiro de 2007.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Orçamento Vigente, código 3.01.01.01. – (Visados pelo Tribunal de Contas, em 23 de Fevereiro de 2007).

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 13 de Fevereiro de 2007. – O Secretário Municipal, *José Lourenço do Rosário Lopes*.

8272C68B-30D0-4882-9EF5-8E23CB8DCD71

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Câmara Municipal

Despachos de S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande:

De 26 de Março de 2007:

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 21.^o do Decreto-Lei n.^o 86/92, de 16 de Julho e dos artigos 2.^o e 3.^o do Decreto-Regulamentar n.^o 13/93, de 30 de Agosto, progridem, para o escalão seguinte da mesma referência os seguintes funcionários da Câmara Municipal da Ribeira Grande, conforme se segue:

Benedito António Lima, tesoureiro, referência 7, escalão C, para escalão D.

Daniel Brito Lopes, pagador, referência 5, escalão E, para escalão F.

Francisca Alina Sousa, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão C, para escalão D.

Gertrudes Maria Évora, ajudante serviços gerais, referência 1, escalão C, para escalão D.

Antonino António Delgado Lima, operário qualificado, referência 7, escalão C, para escalão D.

João de Deus Silva Nobre, condutor auto pesado, referência 4, escalão C, para escalão D.

As despesas resultantes têm cabimento na dotação inscrita na rubrica 03-62-01-02, do orçamento vigente.

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 21.^o do Decreto-Lei n.^o 86/92, de 16 de Julho e dos artigos 2.^o e 3.^o do Decreto-Regulamentar n.^o 13/93, de 30 de Agosto, progridem, para o escalão seguinte da mesma referência os seguintes funcionários da Câmara Municipal da Ribeira Grande, destacados a prestar serviço no Serviço Autónomo de Água e Saneamento, conforme se segue:

José Pedro Monteiro, assistente administrativo, referência 6, escalão E, para, escalão F.

Filipe Luís Costa, condutor auto pesado, referência 4, escalão D, para escalão E.

Manuel Francisco da Graça, operário não qualificado, referência 1, escalão H, para, escalão I.

As despesas resultantes têm cabimento na dotação inscrita na rubrica 652-65-21, do orçamento do serviço Autónomo de Água e Saneamento.

De 9 de Abril:

João de Deus Lima, técnico-adjunto, referência 12, escalão C, de nomeação definitiva do quadro da Câmara Municipal da Ribeira Grande, em situação de licença de vencimento de longa duração, concedida a seu pedido a exoneração do respectivo cargo, com efeito a partir de 3 de Maio do corrente ano, nos termos do artigo 28.^o n.^o 1 alínea c) da Lei n.^o 102/IV/93, conjunto com a alínea d) do n.^o 1, artigo 98.^o da Lei n.^o 134/IV/95, de 3 de Julho.

Isento de visto do tribunal de Contas, nos termos da alínea j), n.^o 1 do artigo 14.^o da Lei n.^o 84/IV/93, de 12 de Julho.

Câmara Municipal da Ribeira Grande, aos 9 de Abril de 2007. – O Presidente, *Orlando Rocha Delgado*.

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DO FOGO

Comissão Instaladora

Despacho de S. Ex.^a o Presidente da Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo:

De 20 de Março de 2007:

António Socorro Fernandes, contratado para nos termos conjugado dos artigos 36.^o, n.^o 3 alínea b) da Decreto-Lei n.^o 86/92, de 16 de Julho, 20.^o da Lei n.^o 66/VI/2005 e 24.^o da Lei n.^o 101/IV/93, de 31 de Dezembro, exercer o cargo de condutor auto ligeiro, referência 2, escalão A, na Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos resultantes das despesas serão suportadas pela dotação inscrita no código 3.01.01.03 – remuneração certas e permanentes, pessoal contratado, do Orçamento Municipal para o ano económico de 2007. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Abril de 2007).

Comissão Instaladora do Município de Santa Catarina do Fogo, aos 7 de Maio de 2007. – O Secretário Municipal, *Luís Silva Barros Alves*.

—o—o—

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 17 de Fevereiro de 2007

São contratados, Luís António Mendes Monteiro e José Maria Tavares Andrade, para, em regime de contrato de trabalho a termo, desempenharem nos termos do artigo 24.^o, n.^o 2 da Lei n.^o 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 36.^o, n.^o 3, alínea b) do Decreto-Lei n.^o 86/92, de 16 de Julho as funções de condutor auto ligeiros, referência 2, escalão A.

Os referidos contratos terão a duração de 1 (um) ano, com início a partir da data da publicação dos seus extractos no *Boletim Oficial* com a menção de que foram visados pelo Tribunal de Contas.

Os encargos resultantes do presente contrato têm cabimento no código 03.01.01.03 (Salário do pessoal contratado do orçamento da Câmara Municipal de São Domingos para o ano económico de 2007. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Maio de 2007).

Câmara Municipal de São Domingos, aos 17 de Fevereiro de 2007. – O Director dos Recursos Humanos, *Boaventura Alves Silva*.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 1 de Março de 2007:

Nos termos das disposições combinadas dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, e artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, progridem para o escalão seguinte da mesma referência conforme se indica, os seguintes funcionários:

Maria Rosa Martins Tavares de Pina, técnica profissional de II nível, referência 7, escalão C, para escalão D.

Pedro Andrade Tavares, condutor-auto pesado, referência 4, escalão A, para escalão B.

Edna Filomena Pereira de Pina, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Andreza Garcia Tavares, referência 1, escalão A, para escalão B.

Ana Bela Cardoso, referência 1, escalão A, para escalão B.

Maria Isabel Galina Fortes, referência 1, escalão A, para escalão B.

Adelina Gomes Correia, referência 1, escalão A, para escalão B.

Alda Gomes Lopes, referência 1, escalão A, para escalão B.

Angelina Soares Correia, referência 1, escalão A, para escalão B.

Arminda Veiga Furtado, referência 1, escalão A, para escalão B.

Genoveva Cardoso Tavares, referência 1, escalão A, para escalão B.

Gertrudes Neves Moreno, referência 1, escalão A, para escalão B.

Manuela Semedo, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Maria Évora Mendes, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Maria Filomena Vaz, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Maria Isabel Lopes Tavares, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Olívia Soares de Pina, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

Vanda Helena Gonçalves, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B.

(Isentos do visto do Tribunal de Contas)

Câmara Municipal de São Miguel, aos 1 de Março de 2007. – O Secretário Municipal, *Daniel Alcântara Brito Ribeiro*.

MUNICÍPIO DO TARRAFAL

Câmara Municipal

Despachos de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 29 de Outubro de 2005:

Austelino Borges Moreira, técnico adjunto, referência 11, escalão C, do quadro definitivo desta Câmara Municipal, concedida licença de longa duração, para efeitos de estudos no exterior, nos termos do nº 1 do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a 1 de Novembro de 2005.

De 13 de Março:

Delcia Helena Fernandes Freire, contratada nos termos da alínea *a*) dos nºs 1 e 2 do artigo 33º do Decreto-Lei nº 102/IV/95, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea *d*) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e artigo 5º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Maio de 2007).

De 13 de Abril de 2007:

José Carlos Landim Vaz, contratado ao abrigo da alínea *a*) dos nºs 3 e 5 do artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea *c*) do nº 1 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, para exercer na Divisão Financeira, as funções de técnico superior, referência 3, escalão A.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Abril de 2007).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita do Capº 3, artº 1º nº 1 do orçamento municipal em execução.

De 3 de Maio:

É dada por finda a comissão de serviço de Eduíno Mendes Tavares, no cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal.

De 8:

Carlos Alberto Sousa Sanches, oficial principal, referência 9, escalão C, definitivo do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor do Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, nos termos da alínea *b*), do nº 1 do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 41º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Maria Socorro Loff Silva, nomeada, para em regime de substituição, exercer as funções de secretária do Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, nos termos do nº 1 do artigo 20º, do Decreto-Legislativo nº 2/95, de 20 de Junho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 2º, artigo 1, nº 1, do orçamento em execução.

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 9 de Maio de 2007. – O Secretário Municipal, *António Dias Costa*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiros são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00	II Série.....	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 120\$00